

RESENHA

“PARKS AND PEOPLE: MANAGING OUTDOOR RECREATION AT ACADIA NATIONAL PARK”, DE ROBERT MANNING.

Introdução

O livro *Parks and People* organizado por Robert Manning (2009) relata casos de quinze anos de experiências nos programas de pesquisa e manejo da recreação ao ar livre no Parque Nacional de Acadia, situado no extremo nordeste dos Estados Unidos, na região da Nova Inglaterra, no estado do Maine.

As experiências e pesquisas conduzidas no Parque Nacional de Acadia resultaram em artigos científicos e relatórios do Serviço Florestal norte-americano que foram editados pelo organizador do livro para compor um material bibliográfico didático que pudesse auxiliar de maneira simples e informada a tomada de decisão de gestores e outros profissionais relacionados ao uso público em áreas naturais protegidas.

Deste esforço em compilar informações derivadas das experiências no Parque Nacional de Acadia, nasceu o livro *Parks and People* que, como o próprio título ilustra, trata das relações entre as pessoas e os parques enquanto opções de turismo e lazer ao ar livre.

O livro está organizado em três seções – além da introdução e da conclusão – que versam sobre indicadores e padrões da qualidade dos recursos naturais e da qualidade da recreação ao ar livre (Seção I), sobre o monitoramento destes

indicadores (Seção II), e sobre programas de gestão elaborados para garantir que os padrões da qualidade ambiental e da visitação sejam alcançados (Seção III).

Nesta resenha seguem os principais pontos discutidos em cada seção do livro e uma análise final sobre as possíveis aplicações práticas e méritos da obra.

Seção I: Indicadores e padrões de qualidade

Esta seção, organizada em 14 capítulos, expõe diferentes indicadores para avaliar os impactos do uso público recreativo nos recursos naturais dos parques, e os impactos na qualidade da experiência recreativa dos visitantes destes parques.

Manning (2009) acredita que as questões a respeito de quanto impacto no ambiente é aceitável em decorrência da recreação, devem ser respondidas caso a caso com base nos objetivos de gestão de cada parque.

Esta linha de gestão ambiental que o autor chama de “gestão pelos objetivos” engloba sistemas de avaliação e manejo dos impactos do uso público complementares à capacidade de carga, a qual o autor acredita ser uma questão perene do dia-a-dia de profissionais da conservação ambiental que pode ser mais bem aplicada com o auxílio de outros métodos de avaliação e gestão de impactos.

O *Visitor Experience and Resource Protection* (VERP) é um destes outros métodos e foi elaborado pelo Serviço de Parques Nacionais norte-americano na década de 1990 para ser aplicado no sistema de Parques Nacionais dos Estados Unidos (Manning, 2009). A capacidade de carga neste método é estabelecida não apenas com base em avaliações demográficas de número de pessoas por área, mas

com base em indicadores e padrões de qualidade da recreação ao ar livre e da qualidade dos recursos naturais.

Os indicadores são características do ambiente e da recreação que podem ser mensurados de forma a indicar se o impacto do uso público recreativo é aceitável ou não. Já o que indica se o impacto é aceitável são os padrões de qualidade. Tanto os indicadores quanto os padrões de qualidade aplicados a estes indicadores são selecionados e estabelecidos por pessoas: profissionais da conservação ambiental e visitantes.

Por isso significativa ênfase é dada às *surveys*, pesquisas direcionadas aos visitantes por meio de questionários que buscam avaliar suas percepções com relação aos impactos causados pela visitação e aos níveis considerados toleráveis de impacto e de uso público.

Estas informações permitem aos profissionais envolvidos com a conservação de áreas naturais protegidas abertas ao uso público incorporarem não apenas dados biológicos e geológicos, mas também humanos, na tomada de decisão pelo indicador mais apropriado ao impacto do uso público da sua área de trabalho.

Alguns critérios gerais foram desenvolvidos para auxiliar a seleção destes indicadores. Segundo estes critérios os indicadores devem ser:

Específicos – voltados a um tipo de uso ou recurso;

Objetivos – não passíveis de subjetividade na avaliação;

Relacionados ao uso público – considerarem o uso público como atividade potencial causadora do impacto;

Sensíveis – calibrados de forma a avaliar o que se propõem a avaliar;

Mensuráveis – passíveis de avaliação quantitativa, ou qualitativa-quantitativa;

Eficientes – eficazes e validados para o fim específico a que se propõe.

Na Seção I, alguns indicadores são sugeridos com base nas pesquisas realizadas para avaliar os impactos da recreação em áreas de acampamento. São eles: (i) o tamanho total da área de acampamento, (ii) o número de tocos de árvore nas proximidades imediatas do acampamento, e (iii) o número de trilhas irradiando a partir do acampamento. É comentado que se os tocos de árvore forem consequência de morte da planta por causas naturais ou por corte preventivo por questões de segurança, então este indicador deve ser excluído desta avaliação de impactos.

Os pesquisadores do trabalho que selecionaram estes indicadores no Parque Nacional de Acadia comentam ainda que o corpo de funcionários do parque considerou excessivo o número de trilhas informais que irradiavam das áreas de acampamento, e por isso estabeleceram um padrão de qualidade onde três trilhas irradiando do acampamento seriam consideradas suficientes: uma para acessar e deixar a área de acampamento, uma segunda para acessar os banheiros e a última para acessar um corpo d'água.

Com relação à questão do desenvolvimento de padrões de qualidade, Manning (2009) comenta a dificuldade encontrada neste processo devido ao fato de estar sujeito a julgamentos de valor que são intrinsecamente pessoais. Também por esta razão as pesquisas realizadas no Parque Nacional de Acadia buscaram levar

em consideração as opiniões dos visitantes, afinal são os grandes usuários do parque para recreação.

Além dos indicadores para impactos em áreas de acampamento, indicadores para impactos biofísicos em trilhas foram apresentados nesta Seção do livro. Entre estes, o alargamento das trilhas e a formação de trilhas informais são os mais relacionados com o uso público, mas também foram apontados como indicadores os graus de erosão ou compactação do solo, e o pisoteio da vegetação marginal à trilha.

Para os parques que possuem estradas em seu interior com acesso a pontos de interesse, Manning e Hallo (2009) identificaram como potenciais indicadores da qualidade da recreação (porque o uso da estrada foi muitas vezes apontado como uma experiência recreativa em si e não apenas como um meio para se chegar aos pontos de interesse) o congestionamento (excesso de pessoas e de carros na estrada), e a qualidade cênica da estrada, que por sua vez pode ser medida pela quantidade excessiva de vegetação obstruindo a vista e pela quantidade de lixo nas margens da estrada.

De modo geral, nesta Seção, os instrumentos de pesquisa mais utilizados nos estudos apresentados foram a Escala de Likert (escala numérica), análises de discurso recorrente entre os entrevistados, e recursos visuais com fotos elaboradas em simulações computadorizadas para avaliar os níveis aceitáveis de impacto e uso público.

Manning e Freimund (2009) apontam para a crescente diversificação e popularização dos métodos de pesquisa em parques e recreação ao ar livre com

base no uso de recursos digitais e visuais. Os autores defendem que estes recursos permitem padronizar melhor as situações apresentadas à avaliação de qualidade dos visitantes (no sentido de que as situações descritas nos questionários podem ser interpretadas mentalmente individualmente por cada sujeito enquanto os recursos visuais não admitem a interpretação mental individual da situação proposta, sendo mais fidedignos à realidade que o pesquisador pretende avaliar).

Estes mesmos autores ressaltam que a validade do uso de recursos visuais estáticos (fotos) em pesquisas sobre a qualidade da recreação ao ar livre aumenta com a inclusão de variáveis inerentes a este tipo de uso público nas fotos. Por exemplo, incluir nas fotos simuladas diferentes tipos de usuários (várias idades, gêneros e perfis), diferentes tipos de atividades recreativas sendo praticadas em um mesmo espaço, e outras situações que representam a realidade, torna as fotos um instrumento de pesquisa mais fidedigno à medida que são manipuladas (construídas digitalmente) para abarcar a maior quantidade de variáveis encontradas na realidade.

Por fim, é mencionado que ainda assim o uso de fotografias pode falhar na comunicação do que se pretende avaliar, justamente por se tratarem de recursos visuais estáticos que não têm como exprimir as relações dinâmicas e sonoras inerentes ao uso público recreativo, como por exemplo, ciclistas ultrapassando caminhantes em uma trilha ou o barulho excessivo de conversas em um mirante.

Para superar este problema metodológico Manning e Hallo (2009) apontam para o uso de recursos visuais dinâmicos (vídeos) e concluem que de acordo com a especificidade de cada pesquisa, a variedade de recursos visuais e gráficos permite aperfeiçoar a comunicação entre os pesquisadores e sujeitos.

Seção II: Monitoramento

A Seção II é composta por seis capítulos e inicia apontando a importância do monitoramento da visitação para a gestão de parques e outros espaços de recreação ao ar livre. A visitação é em si um indicador ao menos aproximado do nível de satisfação do visitante, porque as pessoas não visitariam em grande número ou repetidas vezes lugares insatisfatórios. A intensidade e frequência da visitação são também indicadores de impactos associados à qualidade da experiência recreativa e à qualidade dos recursos naturais uma vez que alguns impactos como o congestionamento, a poluição sonora, o pisoteio excessivo da vegetação e outros podem estar relacionados a usos recreativos frequentes e intensos.

A visitação para efeito deste tipo de monitoramento é definida como a entrada de pessoas não vinculadas ao serviço florestal nas terras e águas geridas por este serviço. A visitação é a unidade central de análise do serviço florestal para questões relacionadas ao uso público recreativo e vem sendo monitorada por meio de diferentes instrumentos nos Estados Unidos desde 1904.

Um dos problemas recorrentes apontados no monitoramento da visitação é a contagem duplicada de pessoas que entram e saem mais de uma vez de uma atração turística ou do parque. Este tipo de erro ocorre comumente com o uso de contadores automáticos em trilhas ou nas áreas de acesso ao parque ou de acesso às atrações turísticas.

Para o caso de parques que permitem a entrada de veículos, é sugerida a contagem dos veículos (carros, vans, ônibus) e inclusão da placa do veículo em um

sistema digitalizado que permita averiguar se o veículo entrou e saiu mais de uma vez do parque ou da atração turística específica.

Uma característica importante apontada para qualquer tipo de monitoramento é a natureza de longo prazo desta atividade, que deve ser realizada de forma constante no tempo e espaço para efetivamente poder avaliar a manutenção ou alteração dos padrões de qualidade através dos indicadores, e também para avaliar se há a necessidade de modificar os indicadores ou os padrões de qualidade ao longo do tempo.

Certamente o monitoramento contínuo com base na aplicação de questionários pode se mostrar exaustivo e contraproducente, razão pela qual os estudos apontados como exemplos nesta Seção do livro ilustram monitoramentos com questionários intervalados em anos.

O monitoramento mais contínuo é o diário com patrulhas montadas a cavalo ou em bicicletas, ou mesmo a pé, que servem ao monitoramento cotidiano de questões comuns de conflito pelo uso dos espaços, como por exemplo, bicicletas que ultrapassam em alta velocidade os pedestres, ou grandes grupos de pedestres que bloqueiam a passagem dos ciclistas.

No terceiro capítulo desta Seção, é apresentada a ferramenta de monitoramento por meio de simulações computadorizadas. É comentado que o método das simulações computadorizadas em pesquisas sobre a recreação ao ar livre já era testado e validado em meados da década de 1970 nos Estados Unidos, mas que até os anos 1990 pouco uso profissional foi feito deste método devido ao difícil acesso a sistemas computadorizados.

As simulações computadorizadas permitem, na prática, simplificar a estrutura de operação de sistemas complexos e estudá-los de maneira preditiva com base em dados reais coletados em campo. No caso da recreação ao ar livre, dados como o número médio de visitantes em diferentes épocas e horários de uso, os perfis dos visitantes e dos meios de viagem (bicicletas, cavalos, a pé, etc.), a área espacial do parque, trilha ou atrativo turístico, e outras informações empíricas podem ser incluídas em um modelo computadorizado como *inputs* (dados de entrada) para fornecer como *outputs* (dados de saída) as previsões sobre o número de encontros que um visitante poderá ter em determinado local e determinada hora e época do ano, por exemplo.

Os dados de saída, ainda que produzidos por simulação, podem auxiliar os profissionais do uso público a determinar uma capacidade de carga baseada em dados múltiplos (múltiplos *inputs*), ou mesmo auxiliar a disponibilização de funcionários em número suficiente para monitorar *in loco* as áreas mais sujeitas a congestionamento segundo as previsões do modelo.

O quarto capítulo da Seção II sugere métodos de monitoramento para trilhas. O primeiro é o inventário de trilhas do parque, que consiste na localização e mapeamento das trilhas por GPS e na avaliação das trilhas quanto aos tipos de uso, características topográficas, tipos de solo e vegetação presentes, e quanto à necessidade de manter as trilhas abertas ou de fechá-las para conservação ou zoneamento, direcionando os visitantes a outras trilhas.

Os métodos de monitoramento de trilhas são neste capítulo classificados em dois tipos: “baseados em amostras” ou “baseados em censos”. Os do primeiro tipo consistem em coletas intervaladas em campo de amostras dos recursos naturais que

compõem as trilhas (como amostras de solo ou de vegetação) e servem ao propósito de acompanhar ao longo do tempo se ocorrem alterações nestes recursos relacionadas à visitação. O método do censo serve à avaliação e monitoramento tanto dos recursos naturais quanto da qualidade da visitação. No primeiro caso os funcionários do parque podem realizar avaliações de julgamento pessoais sobre a qualidade dos recursos naturais ou perguntar aos visitantes. No segundo, os questionários são sempre aplicados aos visitantes questionando seu grau de satisfação com relação à experiência recreativa. O alto índice de subjetividade deste método é apontado como um possível problema na avaliação da qualidade dos recursos naturais.

Neste capítulo é comentado que o monitoramento serve não apenas à verificação de possíveis alterações dos indicadores e dos padrões de qualidade, mas também à seleção de outros indicadores e padrões quando necessário. O monitoramento não é apenas uma atividade de longo prazo, mas uma atividade cíclica que depende do uso de indicadores e padrões de qualidade, mas que volta a estes e pode modificá-los.

O penúltimo capítulo da Seção II trata do uso de sensoriamento remoto para o monitoramento de impactos da visitação. São apontadas como vantagens do uso deste método a rapidez da coleta de dados (em comparação aos outros métodos já apresentados que requerem extensivo trabalho em campo) e a possibilidade de arquivo digital ao longo do tempo que permite comparações também rápidas sobre as tendências dos impactos.

O uso do sensoriamento remoto permite mapear a biomassa vegetal e comparar alterações ao longo do tempo. Dependendo de quando as imagens são

obtidas é possível observar também as trilhas (formais e informais) mais utilizadas pelos visitantes. As imagens de sensoriamento remoto podem ser obtidas por diferentes meios. Imagens de satélite são uma possibilidade e também imagens obtidas com monitoramento aéreo em aviões ou helicópteros.

Por fim, o último capítulo da Seção II refere-se ao monitoramento dos estacionamentos dos parques como estratégia de compreensão do grau de efetividade do uso de meios de transporte alternativos e públicos, e da disponibilidade de informações sobre os meios de acesso ao parque.

O congestionamento dos estacionamentos do Parque Nacional de Acadia é apontado como um problema contínuo tanto por usuários como pelos profissionais do parque, e por isso houve esforços no sentido de incentivar o uso de transporte público e assim evitar não apenas o congestionamento dos estacionamentos como a maior quantidade de poluentes do ar.

No ano de 1999, foi implantado no Parque Nacional de Acadia o uso gratuito de uma frota de ônibus que transportava os visitantes entre os pontos de interesse do parque e entre o parque e comunidades vizinhas, possibilitando assim que os visitantes deixassem seus carros em casa ou nos hotéis e pousadas e utilizassem o ônibus como meio de acesso ao parque.

Também em 1999 o Parque Nacional de Acadia foi escolhido para servir como objeto de um estudo sobre a implantação de Sistemas de Inteligência em Transporte. Informações sobre os horários dos ônibus foram disponibilizadas no parque, nos hotéis e pousadas, e em estabelecimentos comerciais próximos aos pontos de ônibus. Anúncios em tempo real eram feitos durante as viagens alertando

para a próxima parada (evitando assim que os passageiros perdessem o ponto de saída desejado), e em visores eletrônicos nos pontos de ônibus o tempo estimado de espera para o próximo ônibus era anunciado. O sucesso destas iniciativas foi tanto que em 2002 patrocinadores corporativos somaram investimentos na frota dos ônibus, que até então era financiada por uma ONG local e por doadores particulares.

O estudo resumido neste capítulo apresentou dados coletados em campo ao longo de três temporadas de verão (2000, 2001 e 2002 respectivamente) em oito estacionamentos do Parque Nacional de Acadia próximos a pontos de parada dos ônibus. Os dados mostraram que houve uma queda no número de carros privados que excediam a capacidade dos estacionamentos mesmo com um incremento no número anual de visitantes ao parque. Devido ao grande número de visitantes, isso significou na prática que ainda havia carros particulares excedendo o número de vagas dos estacionamentos, e que em decorrência disto, alguns carros paravam em locais irregulares causando impactos negativos sobre a vegetação.

Do ponto de vista estatístico a redução no número de carros particulares estacionados no Parque Nacional de Acadia não foi significativa, mas considerando que o número de visitantes por ano aumentou durante o triênio de estudo, e que os usuários e comerciantes locais manifestaram opiniões positivas a respeito do uso dos ônibus (em estudo anterior que buscou verificar se e *como* o uso dos ônibus do parque influenciou o rendimento econômico dos estabelecimentos locais), a conclusão do novo estudo foi de que estratégias de promoção de transporte alternativo e de provisão de informações úteis sobre o transporte são boas medidas de gestão para reduzir conflitos pelo uso do espaço de estacionamento, e questões de poluição visual e do ar.

Seção III: Gestão

A Seção três de *Parks and People*, aborda em seis capítulos, estratégias de *management*, um termo em inglês comumente traduzido como gestão, mas que no caso das ciências ambientais pode significar o manejo realizado como parte das estratégias de gestão para a conservação de áreas naturais. Práticas de gestão (neste caso entendidas como manejo) são ações que os gestores utilizam para atingir os objetivos estratégicos das suas organizações. Por exemplo, restrições no tempo de visitação e a exigência de licenças para pescar, caçar ou acampar são práticas de gestão voltadas ao alcance do objetivo estratégico de limitar o uso público quando este é uma causa estabelecida de impacto socioambiental.

A literatura sobre parques e recreação ao ar livre sugere uma variedade de alternativas de manejo para guiar o uso público e torná-lo menos impactante. Como exemplo, são citadas quatro estratégias básicas de manejo:

A limitação da quantidade de uso;

O aumento da oferta de áreas e de opções de lazer alternativas;

A modificação do comportamento dos visitantes;

O “fortalecimento” ou “endurecimento” das áreas mais sujeitas ao uso público com estratégias arquitetônicas que permitam acomodar grandes intensidades de uso.

As práticas de gestão através do manejo podem ser classificadas em dois grandes tipos: as de interferência direta e as de interferência indireta no comportamento do visitante. As de interferência direta são mais restritivas e deixam poucas opções alternativas ao visitante, como é o caso das proibições de uso (caça

ilegal, acampamento ilegal, etc.), e da fiscalização que deve acompanhar tais medidas.

As práticas de manejo de interferência indireta são de caráter mais educativo e persuasivo nas mudanças de comportamento do visitante, como a distribuição de sacos plásticos no início de trilhas para que os visitantes voltem com seu lixo, ou programas educativos por meio de palestras.

As vantagens e desvantagens dos dois tipos de manejo têm recebido atenção nas pesquisas sobre recreação ao ar livre, e geralmente as medidas indiretas têm sido preferidas quando se mostram efetivas (isto é, podendo não ser totalmente restritivos os gestores de parques nos Estados Unidos têm optado por esta conduta).

Mas, tal qual a escolha de indicadores, a escolha das estratégias de manejo deve ser embasada em características da realidade e nos objetivos de gestão de cada parque. Tanto as formas de manejo físico, como a manutenção de trilhas, quanto as formas de manejo educativas devem ser selecionadas, pautadas nas características do parque e dos visitantes, caso contrário os resultados e a resposta dos visitantes às ações educativas serão pequenos.

Conclusão

Nesta Seção são apresentadas as conclusões do livro, e nesta resenha também as nossas conclusões do artigo sobre o documento.

Parks and People foi estruturado com base nos três principais componentes do VERP (*Visitor Experience and Resource Protection*), um modelo de gestão de parques e da recreação ao ar livre proposto e aplicado pelo Serviço Nacional de Parques Norte-americano a partir da década de 1990.

Por isso suas Seções seguem com enfoques no: (i) reconhecimento dos objetivos de gestão e das condições desejadas para os parques e para a recreação ao ar livre, influenciando a escolha dos indicadores e padrões de qualidade, (ii) no monitoramento dos indicadores, e (iii) nas ações de gestão através do manejo que permitem manter os padrões de qualidade previamente selecionados com base nos objetivos de gestão.

Na conclusão do livro são apresentadas, com base nas análises das três seções, doze diretrizes para a gestão da recreação ao ar livre. São elas:

- I. A gestão da recreação ao ar livre deve ser guiada por um tripé de preocupações sociais, gerenciais e ambientais:
- II. A gestão da recreação ao ar livre deve ser praticada de forma racional e transparente com modelos de gestão que possam ser compreendidos pelos grupos de interesse do uso público de áreas naturais protegidas;
- III. A gestão da recreação ao ar livre deve focar nos impactos da visitação, nos objetivos de gestão e condições desejadas para os parques, e nos indicadores e padrões de qualidade;
- IV. A gestão da recreação ao ar livre deve ter componentes descritivos das condições dos recursos, e prescritivos sobre como conservá-los com base nos objetivos de gestão;

- V. A gestão da recreação ao ar livre deve identificar limites aceitáveis de uso público;
- VI. A gestão da recreação ao ar livre deve ser guiada pelos objetivos de gestão e pelas condições desejadas para os recursos e usos dos parques;
- VII. A gestão da recreação ao ar livre deve ser mais normativa que determinística, no sentido de que o conhecimento a respeito da recreação ao ar livre está crescendo, e como já houve mudanças no conhecimento passado, poderá haver outras que modificarão as práticas atuais em gestão de áreas naturais protegidas abertas à visitação;
- VIII. A gestão da recreação ao ar livre requer um comprometimento de longo prazo com o monitoramento dos indicadores selecionados;
- IX. A gestão da recreação ao ar livre deve considerar estratégias diversas de gestão e manejo (pautadas nas especificidades de cada parque e dos diferentes usos);
- X. A gestão da recreação ao ar livre é uma forma de gestão adaptativa, o que significa uma gestão pró-ativa baseada em conhecimentos atualizados e que permite a revisão de suas práticas ao longo do tempo;
- XI. A gestão da recreação ao ar livre deve ser aplicada visando um leque de opções recreativas que atendam as necessidades diversas da população e os objetivos da conservação de áreas naturais protegidas;
- XII. A gestão da recreação ao ar livre requer julgamentos de valores e importâncias.

O livro *Parks and People* apresentou artigos e relatórios de campo interessantes e diversificados sobre instrumentos para o monitoramento e gestão de parques e da recreação ao ar livre, o que possibilita ao leitor pensar na apropriação

destes instrumentos para trabalhar em seus casos de pesquisa ou de trabalho. Considerando que oferecer instrumentos e exemplos de caso para embasar trabalhos futuros era um dos objetivos de Robert Manning, enquanto organizador do livro, acreditamos que o livro cumpre este papel satisfatoriamente.

Como em suas outras publicações, Manning apresenta os temas de forma clara, sequencial e didática. No entanto, pelo fato do livro ter sido concebido em forma de coletânea com autoria diversificada, fica evidente que o formato sequencial de suas outras obras acaba sendo prejudicado neste livro.

Não sabendo se de forma proposital ou casuística, parece haver uma preocupação do autor em ter um documento extremamente didático, o que leva à explicação ou retomada frequente de conceitos já apresentados em outras seções ou capítulos do livro. Isto o torna um pouco exaustivo e repetitivo após a primeira metade, que engloba basicamente a primeira Seção de indicadores e padrões de qualidade. É possível, porém, que esta seja uma condição própria da obra pelo fato de se propor a uma compilação de informações correlatas de artigos que originalmente foram publicados separadamente.

De modo geral a leitura é interessante, fácil e fluida, sendo o livro um bom material de referência para trabalhos científicos teóricos e trabalhos de campo.

Robert Manning é professor da Universidade de Vermont e Diretor do Laboratório de Estudos em Parques. Este é o quinto livro de sua autoria que trata do tema do uso público em áreas naturais protegidas. No ano de 2014, este autor publicou com outros dois pesquisadores o livro *Sustainable Transportation in*

National Parks: From Acadia to Zion. Com certeza será novamente uma grande contribuição do autor para a melhoria do manejo da visitação nos parques.

Referências

MANNING, Robert. **Parks and people: managing outdoor recreation at Acadia National Park**. Vermont: Vermont University Press, 2009.

MANNING, Robert; FREIMUND, Wayne. Use of visual research methods to measure standards of quality for parks and outdoor recreation. In: MANNING, Robert. **Parks and people: managing outdoor recreation at Acadia National Park**. Vermont: Vermont University Press, 2009, p.122-133.

MANNING, Robert; HALLO, Jeffrey. Indicators of quality for the visitor experience on ocean drive. In: MANNING, Robert. **Parks and people: managing outdoor recreation at Acadia National Park**. Vermont: Vermont University Press, 2009, p.53-68.

RESUMO

Este artigo de revisão bibliográfica trata-se de uma resenha de livro e teve por objetivo sintetizar informações trazidas pelo documento que possam ser úteis à gestão de áreas naturais abertas ao uso público. A conclusão da resenha abrange as conclusões do livro e conclusões das autoras após a análise da obra. O livro “Parks and People: Managing Outdoor Recreation at Acadia National Park” é uma coletânea de estudos de caso realizados no Parque Nacional de Acadia, nos Estados Unidos, e sugere estratégias e ações de manejo e gestão aplicáveis a áreas naturais abertas ao uso público.

Palavras-chave: Uso Público. Conservação Ambiental. Gestão Ambiental. Áreas Naturais Protegidas. Recreação ao Ar Livre. Ecoturismo.

ABSTRACT

This literature review article is a book digest that aimed to synthesize information contained in the document that could aid the management of natural areas opened to public use. The article conclusion covers conclusions from the book as well as conclusions from the authors regarding their analysis of the book. “Parks and People: Managing Outdoor Recreation at

Acadia National Park” is a gathering of case studies which took place at Acadia National Park in the United States. It suggests strategies and actions to be applied to the management of natural areas opened to public use.

Keywords: Public Use. Environmental Conservation. Environmental Management. Natural Protected Areas. Outdoor Recreation. Ecotourism.